

“Ni Una Menos”: Desconstruindo a Sociedade Machista?

Valentina Simone

Graduada em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires, com estágio na graduação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no ano de 2016.

Endereço eletrônico: valentinasimone94@gmail.com.

Resumo

“Ni Una Menos” é um protesto contra a violência machista e os femicídios, que a cada dia tem mais força na Argentina, na América Latina e em alguns países da Europa. O objetivo deste artigo é fazer uma análise desta manifestação a partir das contribuições de alguns/algumas autores e autoras que desenvolveram questões do feminismo e teorizaram sobre gênero. Também se propõe repensar o impacto social da marcha e fazer uma reflexão sobre o efeito do lema como significante,

além de refletir sobre as produções teóricas na luta. Outras manifestações feministas argentinas serão enfocadas, no sentido de comparar os efeitos e a utilidade da marcha na desconstrução e desnaturalização do machismo. O desafio científico, assim, será reconsiderar as formas da expressão feminista para sair da superficialidade das problemáticas, tentando atacar efetivamente o sistema patriarcal, que está produzindo sexualidades e perpetuando os estereótipos.

Palavras-chave: manifestação; machismo; violência; estereótipos; gênero; antropologia

Mais uma ação, num mundo em transformação

*Mi carita de niña linda
se la ha ido envejeciendo en el silencio
Cada vez que me dices ¡puta!
se hace tu cerebro más pequeño.
Una vez más no mi amor por favor
que estoy cansada y no puedo con el corazón,
no grites que los niños duermen.*
(“Malo”, Bebe)

No dia três de junho de 2015, uma multidão de pessoas marchou pelas ruas da capital federal da Argentina bradando contra a violência machista e tendo como lema “Ni Una Menos”. A criadora do emblema foi Susana Chaves, uma poetisa mexicana que, em 1995, escreveu “Ni una menos, ni una muerta más” fazendo referência às mulheres que morriam, ano após ano, vítimas da violência de gênero. Entre 2008 e 2015 na Argentina se registrou, oficialmente, um aumento de 78% de feminicídios. Além disso, a Oficina de Violência Doméstica², criada em 2006 pela Corte Suprema da Justiça, tinha afirmado que sete em cada dez mulheres são assassinadas por pessoas de seu círculo familiar.

“Ni Una Menos” emergiu como um grito coletivo de um grupo de mulheres ativistas, jornalistas, militantes, artistas com a necessidade de parar dita violência. A convocatória foi crescendo e se espalhando pelo país inteiro. O apelo foi massivo e a campanha tomou conta das redes sociais e na televisão. Milhões de pessoas e centenas de organizações e partidos políticos responderam ao chamado, instalando-se na agenda pública e política. No dia

² A Oficina de Violência Doméstica (OVD) foi criada em 2006 pela Corte Suprema de Justiça argentina com o objetivo de facilitar o acesso à justiça das pessoas que, afetadas pelos fatos de violência machista, encontravam-se em situação de vulnerabilidade. Tal organização oferece ajuda e informação jurídica, além de receber relatos das vítimas.

03 de junho de 2015, na Plaza del Congreso em frente à Casa do Governo e em centenas de praças de todo o território argentino, ergueram-se vozes, identidades e bandeiras exigindo justiça e nenhuma mulher menos. A seguir, um fragmento do documento que foi lido no ato de fechamento da marcha:

Lo privado es político. Cada mujer que se atreve a decir basta, que quiere dejar de ser víctima para convertirse en sobreviviente, desafía a toda la estructura de la violencia machista. Aunque la gran mayoría de las mujeres que recordamos aquí fueron asesinadas por hombres de su círculo íntimo, el femicidio no es un asunto privado, es producto de una violencia social y cultural que los discursos públicos y de los medios vuelven legítima, cada vez que alguien le dice puta a una mujer porque ejerce su sexualidad libremente, cada vez que alguien la juzga por las medidas de su cuerpo, cada vez que alguien la mira con sospecha porque no quiere tener hijos, cada vez que alguien pretende reducirla simplemente al lugar de la buena esposa o la buena madre, destinada a un varón (2015).

A marcha fez sucesso e muitos jornais, programas de televisão e revistas mostraram imagens do acontecimento e acompanharam a causa. No ano seguinte, na mesma data, também se organizou novamente o mesmo manifesto, e a multidão se duplicou. Diferentes organizações e ONGs (Organizações Não Governamentais) se fizeram presentes – e até mesmo a Igreja Católica do Papa Francisco apoiou a luta. A marcha se legitimou e obteve um reconhecimento mundial. Em diferentes países latino-americanos multidões também saíram às ruas para gritar pelo fim dos assassinatos de mulheres.

Mais tarde, em outubro de 2016 se realizou o Congresso Nacional de Mulheres em Rosário, cidade argentina que fica na província de Santa Fé. O Congresso anual reúne centenas de mulheres e associações de gênero de todo o território nacional, onde se levam a cabo diversas atividades e oficinas sobre as temáticas “questões de gênero”, “violência” e “sexualidade”. Na mesma semana em que mulheres debatiam seus direitos naquele ano, uma jovem foi estuprada, violada e assassinada em Mar del Plata, outra cidade argentina.³

³ Fonte: Jornal *Página 12* dia 13 de outubro de 2016. “El femicidio que conmociona a Mar del Plata”. Disponível em <<https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-311640-2016-10-13.html>>.

O acontecimento criou uma comoção social muito grande e espontaneamente a semana seguinte se convocou outra marcha “Ni Una Menos”, com os lemas “basta de femicídios” e “vivas nos queremos”. Foi numa quarta-feira e as pessoas mobilizadas se vestiram de preto, em forma de luto. As redes sociais e noticiários foram invadidos com o hashtag #MiercolesNegro (quarta negra) e as praças novamente ficaram cheias de reivindicações e protestos.

O Movimento “Ni Una Menos” atinge, portanto, cada vez mais força na Argentina e se caracteriza por grupos que lutam pelos direitos das mulheres. Mas quais são concretamente as reclamações? O movimento feminista argentino atinge o objetivo de sacudir as bases do patriarcado? O que acontece quando, num mesmo movimento, se misturam diversas reivindicações e coletivos tão diferentes? Quais são as bases e os objetivos do movimento? Que é o que fica submerso no lema “Ni una Menos”? Essas são algumas das interrogações que me guiaram neste trabalho. Das três marchas mencionadas, participei das duas primeiras. Fazer uma análise crítica a partir do movimento é meu objetivo, tomando, para tanto, as contribuições de alguns/algumas autores e autoras que desenvolveram problemáticas acerca do feminismo e das questões de gênero.

A luta: da teoría (os livros) à prática (as ruas)

Mesmo antes de nascermos e mediante um sexo pré-discursivo (BUTLER, 2003) corpos são generificados e a eles são atribuídos “papéis” e práticas típicas para homens e mulheres. O binarismo reina na esfera do social e estereótipos são inventados, reforçados e reproduzidos pelas diversas e nas mais diferentes instituições sociais. O gênero é uma categoria que participa de uma construção/elaboração social (SCOTT, 1993) a partir da enunciação de discursos (BUTLER, 2003), dito de outro modo. Por sua vez, Michel Foucault (1999) falou do controle que se exerce sobre a sexualidade a partir desses discursos, muito antes da teórica norte-americana mencionada

anteriormente. A Ciência (e mesmo a Anatomia) são discursos de poder que estabelecem dispositivos e tecnologias que se estendem sobre os corpos, no entremeado social. Em palavras do autor francês,

Não considerar que existe certo domínio da sexualidade que pertence, de direito, a um conhecimento científico, desinteressado e livre, mas sobre o qual exigências do poder — econômicas ou ideológicas — fizeram pesar mecanismos de proibição. Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos (FOUCAULT, 1999, p. 93).

Segundo Foucault, produziram-se discursos sobre o sexo efetivos, os quais operam sobre os corpos e são reproduzidos pela multiplicidade de instituições sociais. A partir disso, desde muito cedo, corpos são pedagogizados, a eles se instauram padrões e se normalizam características e práticas. Além disso, pressupõem-se funções, condutas e atitudes diferentes para homens e mulheres.

A violência de gênero, ou direcionada à mulher, é produto dessas construções sócio-culturais. No livro *Nunca você sem mim*, que desenvolve a pesquisa sobre diferentes situações de violência em relações afetivo-conjugais no nordeste do Brasil, Analba Teixeira (2009) atribui um papel muito importante aos deveres e direitos que a cultura e a sociedade dão a homens e mulheres no jogo relacional de um casal. A mulher, como a dona da casa e encarregada do cuidado dos filhos, deve fidelidade a seu cônjuge, sendo a ele subordinada. O homem, encarregado da manutenção do lar, controla o corpo da mulher, inclusive sua sexualidade. A mulher deve ser “pura”, mostrar-se “casta”, “recatada”, “donzela”, “sensível” e “inocente”. Enquanto o homem se coloca como um “macho bravo”, “indomável”, “forte”, “insensível” e sem capacidade para controlar sua “virilidade” e suas pulsões sexuais. Estes estereótipos influem no relacionamento e, de acordo com Teixeira, quando são quebrados os ideais do masculino e do feminino se produz violência (de gênero).

E esse processo se vincula ao lema da manifestação comentada na introdução deste trabalho. “Ni Una Menos” refere-se a somente uma questão: nenhuma mulher menos, nenhuma morte a mais. Mas quais são as causas? Não se indaga ou questiona as razões que geram tal violência no contexto argentino (e, quiça, latino-americano)? É claro que não seria produtivo falar do coletivo como um todo – afinal, generalizações não são produtivas. Trata-se de um movimento muito complexo e heterogêneo, no qual há organizações diferentes, que têm diversos objetivos. À marcha assistem grupos feministas criados sobre bases teóricas progressistas de textos importantes como os de Judith Butler (2003), Paul B. Preciado (2008), Maria Femenias (2003), dentre outros/as, que fazem uma análise crítica e interessante sobre a sociedade patriarcal e machista, principalmente no mundo Ocidental. No entanto, essa reflexão não é explícita no lema. Não há um questionamento que tenha como objetivo desconstruir as relações de gênero machistas.

De acordo com Butler (2003) tanto o gênero quanto o sexo são ambas as categorias construídas, conformações socio-históricas e por isso são intercambiáveis. Ela desnaturaliza e desessencializa os conceitos radicalmente. Ainda para ela, mesmo os corpos são uma construção e não têm uma existência significável, anterior à marca de seus gêneros. Butler considera a performatividade como ato fundante da realidade, e nesse sentido, afirma que não se pode aceder a verdade da matéria do corpo sem analisar o imaginário social e os discursos e as práticas que o constroem. Conseqüentemente, e seguindo a análise de Foucault, se o corpo é uma situação cultural, a noção de sexo como natural se debilita.

Ainda para essa autora, em nosso corpo social se institui uma “matriz heteronormativa”, a partir da qual se organizam identidades, se distribuem os corpos e se lhes outorga um significado. Trata-se de um discurso que tem disciplinado milenarmente os corpos, obrigando a homens e mulheres a desejar a reprodução e cumprir “papéis” específicos. A matriz estabelece que

o ser humano corresponde sempre a um gênero em virtude de seu sexo. Para resistir a este disciplinamento é necessária uma luta performativa, que, pelo contradiscurso, desvelaria e problematizaria essa matriz. Desse modo, os sujeitos só têm capacidade de ação quando se opõem a essas relações de poder a partir de seu prévio descortinamento.

Poderíamos, então, considerar o “Ni Una Menos” parte dessa luta pelo disciplinamento e pela desconstrução das relações de gênero da matriz heteronormativa? Acredito que essa é a pergunta-chave. Quantas milhares de pessoas que participam da marcha levam em conta que, tanto o gênero como o sexo, são produto da sociedade na que vivemos? Infelizmente muito menos do que necessitaríamos para transformá-la. Nessa questão enunciada e problematizada aqui, baseia-se, portanto, minha crítica ao movimento. O lema é muito simples. É claro que é fundamental que a violência de gênero tem que cessar, mas não isso não vai acontecer enquanto não mudemos as relações de gênero presentes no cotidiano (e a que estamos submetidos) em sociedade.

Aprofundando e desdobrando o debate em relação à manifestação

O desenvolvimento analítico aqui proposto surgiu a partir das leituras na disciplina Antropologia e Estudos de Gênero, realizada num dos semestres de graduação em Ciências Sociais da UFSCar, e uma conversa casual, que ocorreu um tempo depois das marchas. Falando numa reunião a respeito da criação e educação de crianças, um rapaz que eu vi na manifestação mencionou que gostaria de ter sua futura esposa em casa cuidando dos filhos, pois isso lhes conferiria uma “boa educação”.

Não é nada raro, nem nada novo, que se considere que a melhor opção seja que ele, estudante homem de medicina, exerça sua profissão e a mãe, uma pobre mulher com ou sem estudo, independente de suas vontades como

sujeito, tenha que ficar em casa. É óbvio que, como já disse Simone de Beauvoir (1970), as mulheres estão (estamos) subordinadas a nossa espécie! A mulher é profundamente alienada e colocada em relação de servidão como a fêmea que representa ser, encarregada da reprodução da espécie. Exatamente neste ponto é que exerço minha crítica mais contundente ao movimento.

A construção significativa “Ni Una Menos” é tão específica e superficial que não expõe por si só o complexo entremeadado de relações de poder que influem sobre o(s) corpo(s), ou sobre os “papéis” e práticas que se desenvolvem a partir delas. É por isso que é improvável para um homem, produto desta sociedade, das condições socio-históricas machistas em que vive e de alguém que nunca teve as ferramentas para problematizar sua realidade, questionar-se além do que aquilo que o lema propõe, isto é, que se findem os femicídios.

Por outro lado, a partir da crítica que Michelle Rosaldo (1994) faz à antropologia, pode-se realizar um paralelismo ao “Ni Una Menos”. A autora critica os estudos antropológicos que fazem uma descrição dos “papéis” de homens e mulheres sem, no entanto, aprofundar a análise sobre a produção das relações de gênero que se estabelecem nas sociedades (“primitivas”) estudadas. Para esta autora, não adianta fazer um apontamento das características de homens e mulheres como se os “sistemas de gêneros” fossem trans-históricos, “naturais”, esquecendo-se o fator constricto das sociedades. Como ela argumenta,

A busca por origens é, afinal, pensar que o que nós somos hoje é alguma coisa a mais (outra) do que o produto de nossa história e nosso mundo social presente, e mais particularmente que nossos sistemas de gênero são primordiais, trans-históricos e essencialmente imutáveis nas suas raízes. (...) gênero em todos os grupos sociais deve então ser entendido em termos políticos e sociais e não em referência a limitações biológicas. (ROSALDO, 1994, p. 7)

O objetivo de qualquer teoria social, de acordo com a autora, deveria reinterpretar os fatos em termos históricos, políticos, produto de arranjos

institucionais para que possam ser enfrentados pela luta política. E essa mesma luta política, igualmente, não pode ficar na superficialidade. Assim, tanto quando a autora rechaça a antropologia descritiva, considero que a marcha argentina contra a violência de gênero poderia ser mais reflexiva. Não adianta só declarar “chega de femicídios” e parar por aí. Porque acontece que milhares de cidadãos se comprometem com essa causa e assistem à marcha, mas depois dela voltam às suas casas e continuam reproduzindo as convenções (hetero)normativas de gêneros, ensinados pelas instituições de uma sociedade binária. Temos centenas de homens desejando esposas donas-de-casa que cuidem de seus filhos e centenas de mulheres demandando descontos nas entradas de boates e bares só pelo fato de ser mulher – para ilustrar meu ponto de vista.

Então, questiono: a mobilização “Ni Una Menos” adianta de algo? Arrisco dizer que sim. Além da crítica endereçada, há uma questão importante para se levar em conta, qual seja, a simplicidade cria consenso. Explico melhor.

Em meados de 2017 ocorreu, numa praia argentina, um fato emblemático sobre o que estamos falando aqui: três jovens mulheres estavam fazendo *topless* e muitas pessoas se escandalizaram com o ato. Chamou-se a polícia e, de repente, apareceram seis viaturas policiais com aproximadamente 20 agentes, exigindo (quase violentamente), que as mulheres se cobrissem. Aliás, não só foi a patrulha policial, visto que havia muitas pessoas que se declararam ofendidas pela nudez feminina relacionadas aos seios descobertos.

Tal acontecimento causou polêmica e foi gravado em vídeo, no qual se vê a forma como um homem agressivamente grita, exigindo que as mulheres fossem embora, pois aquilo se tratava de um ato moralmente condenável de exibicionismo, que infringia a lei. No entanto, o que o artigo 70 do Decreto lei 8031/73, que data da última ditadura argentina, estabelece é que: “*Será sancionado con multa el que con acto, palabra, dibujo o inscripción torpe u obscena ofendiera la decencia pública*”, mas não se explicita quais são esses

atos, e portanto, o fazer *topless* pode ser considerado um descumprimento da lei. Os agentes de polícia não se apresentaram e, ainda por cima, culpabilizaram as mulheres por chamar a atenção de todos com “deliberado escândalo”. Por fim, vencidas pelo cansaço, as mulheres decidiram ir embora.

O registro documentado se viralizou rapidamente pelas redes sociais e por alguns noticiários de televisão, principalmente na Argentina. Imediatamente diversas mulheres e coletivos feministas, que se solidarizaram com a causa, convocaram uma marcha nas principais cidades do país, a que chamaram #Tetazo (em referência aos seios descobertos). As praças foram pontos de encontros de muitas mulheres, que com o torso desnudo e sem sutiã, repudiaram o que se passou no balneário Necochea. Seus gritos de ordem eram “*tetazo para desconstruir o patriarcado*” e “*a única teta que atrapalha é a que não se pode comprar*”. Por incrível que pareça, este fato gerou fortes comoções sociais. Foram muitos os homens e mulheres que se aproximaram para olhar a situação e criticar as protestantes. Além disso, uma grande quantidade de famosos e programas de televisão condenou fortemente a exibição, por qualificar de ofensivos os peitos das mulheres.

Achei muito interessante propor a comparação das duas marchas. Por um lado, porque os mesmos coletivos progressistas que mencionei no começo do trabalho, os quais fazem uma análise mais profunda das relações de poder, foram os que organizaram o #Tetazo. O alvo de crítica sempre é o mesmo: o machismo. E o objetivo em ambas as marchas é problematizar/desconstruir o patriarcado e visibilizar as relações de poder entre os gêneros. Em minha opinião, o problema é a comunicação.

Com um lema muito mais superficial, que ataca só a ponta do iceberg, o mais palpável do machismo (a morte de mulheres) é bem mais fácil encher as praça e convocar multidões. Alguém não iria a marcha por sentir-se ofendido com o lema? Claro que não. No entanto, um chamamento que ataca o patriarcado e o machismo de modo mais pronunciado (como foi o #Tetazo), expõe a censura ao corpo da mulher e sua objetivação com uma estratégia

de comunicação muito mais confrontadora (mulheres sem sutiã), que gera maior ceticismo e apatia. É justamente por isso que para visibilizar uma problemática e gerar impacto, mobilizando a maior população possível, o “Ni Una Menos” resulta mais efetivo.

O lema não só se espalhou pelas praças argentinas, invadindo espaços públicos e privados, como foi além, visto que a marcha teve repercussões em muitos países latino-americanos. Embora não seja um estremecimento forte e reflexivo sobre os discursos que nos atravessam, obviamente é um avanço muito importante em matéria de desnaturalização da violência de gênero. Além disso, criou-se toda uma bancada legislativa que está trabalhando com programas de ajuda as mulheres que sofrem violência, e um registro nacional oficial de feminicídios em âmbito nacional argentino.

Notas (feministas) conclusivas

O “Ni Una Menos” é efetivo, visibiliza a problemática e é importante mesmo sendo uma proposta superficial. É funcional a causa de descortinar e desnaturalizar a violência de homens sobre mulheres. O autor funcionalista Robert Merton (1992) fala das funções que têm as consequências dos atos dos agentes num sistema. Distingue entre funções *manifestas* e funções *latentes*. As primeiras são aquelas consequências objetivas que são procuradas ou reconhecidas pelos agentes, e as latentes são as consequências que não são nem procuradas nem reconhecidas. Essas categorias resultam úteis para analisar os efeitos das marchas. Dentro das funções que são reconhecidas encontram-se todas essas conquistas legislativas e judiciais que se atingiram a partir do protesto. A evidenciação e desnaturalização da violência está em processo e o número de denúncias e feminicídios diminuíram no último ano (referência a 2017). Por outro lado, as funções latentes constituíram em todas essas reproduções de desigualdades que continuam acontecendo entre as relações de gênero. Atacar só a ponta do iceberg é uma forma também de deixar submerso o gigante bloco de gelo.

Trata-se, justamente, de tentar uma aproximação por parte dos agentes a esse entendimento; a voltar a manifestar as funções que ainda permanecem latentes resultaria uma contribuição à luta feminista e ao desvendamento dos discursos de poder machistas que atravessam nossa cultura e nossos corpos.

Além das críticas construtivas que se realizaram neste trabalho, “Ni Una Menos”, “Tetazo” ou qualquer reivindicação em favor da problematização/desconstrução do machismo é importante. Porque apesar das lentas transformações positivas nessa questão em alguns lugares do mundo, em outros há retrocessos inomináveis. Resulta em triste paradoxo que, ao mesmo tempo em que estava escrevendo estas linhas, na Rússia, por exemplo, se aprova uma lei que legitimava a violência sobre mulheres, despenalizando o agressor.⁴

Ou ainda, posso considerar algo que recém ocorreu comigo aqui no Brasil, e que se caracterizou como uma das piores cenas de violência de gênero e de homofobia que vi em minha vida: numa lanchonete, um homem bateu fortemente em uma mulher lésbica, apenas porque ela tinha discutido com a namorada dele previamente no banheiro.

Eu acredito que a teoria tem que atuar incisivamente na prática, aproveitando o que os registros dos livros nos legaram de produtivo. Deve-se levar isso para as ruas, transformando o debate de ideias em ações práticas. Precisamos que cada letra escrita em favor da luta pelo reconhecimento da mulher presente nos parlamentos, nas presidências de nações, nas cátedras universitárias e nas empresas privadas lutando pelos seus direitos.

Por isso, gostaria de finalizar este artigo com as palavras de ordem abaixo. E que as lutas feministas sejam sempre bem-vindas!

⁴ Na Rússia o presidente Vladimir Putin aprovou uma lei promulgada unanimemente pela legislatura que despenaliza os agressores, quando as vítimas não tivessem lesões graves. A violência não é mais considerada delito para as autoridades russas. Consideram-se “disputas familiares com consequências menores”.

Salí para el trabajo y no fui
Salí para la escuela y no llegué
Salí de baile y me perdí
De pronto, me desdibujé
Mis amigos me buscan por ahí
Los vecinos pegaron un cartel
En los postes de luz de la cuadra,
en el subte, en el tren
Me busca mi hermano, me busca mi madre
Perdieron contacto ayer a la tarde
Vino la tele
Habló mi padre, la red explota y el Twitter arde
Si tocan a una, nos tocan a todas

¿El femicidio se puso de moda
Y el juez de turno se fue a una boda
Y la policía participa de la joda?
Y así va la historia de la humanidad
Que es la historia de la enfermedad
Ay, carajo,
qué mal que estamos los humanos, loco
¡Paren de matar!

Y dicen que desaparecí
Porque estaba sola por ahí
Porque usaba la falda muy corta,
Me dijeron que diga que sí
Me mataron desde que nací

Me enseñaron a ser una esclava
Lava, lava y a parir
Me matan y mueren todas mis hermanas

¡No me toques, chabón!
No tengo ganas
Me matan y se infecta la raza humana
Le temen al poder que de mis ovarios emanan
Soy esta herida que se pudre y no sana
Ay, carajo, qué mal que estamos los humanos, loco!

Paren de matar
Ni Una Menos
Vivas nos queremos

(Miss Bolivia, "Ni una Menos" 2016)

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRAZÃO TEIXEIRA Analba. *Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais*. São Paulo: Annablume, 2009.

BUTLER Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Documento *Ni Una Menos, vivas nos queremos* lido ao vivo como fechamento na marcha no 3 de junho de 2015. Disponível em: <http://s1000050.ferozo.com/wp-content/uploads/2015/06/documento_OK-1-1.pdf>, acesso em 12 de fevereiro de 2017.

FEMINIAS, María Luisa. *Judith Butler: introducción a su lectura*. Buenos Aires: Catálogos, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade. A vontade de saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Edições GRAAL Ltda, 1999.

MARTÍNEZ, Ariel. Los cuerpos del sistema sexo/genero: Aportes teóricos de Judith Butler. *Revista de Psicología*. Vol 4, 2004. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5641/pr.5641.pdf>, acesso em 17 fevereiro 2017. pp. 01-19.

MERTON Robert. K. *Teoría y estructuras sociales*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

PRECIADO, Paul B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, v. 1, n. 1, 1994. pp. 11-36.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. Em CANGIANO, María C.; DUBOIS, Lindsay. *De mujer a género*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1993. pp. 01-72.

Páginas web:

Jornal *La Nación*, Argentina, disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/>>

Jornal Infobae, Argentina disponível em: <<http://www.infobae.com/america/>>

Ni Una Menos, página oficial do coletivo. Disponível em: <http://niunamenos.com.ar/?page_id=8>